

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Referência: Meta 2023.043 | Processo nº 25389.000317/2025-26

Com base na Instrução Normativa (IN) Seges/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, registra-se que o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessoras à elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico a serem desenvolvidos posteriormente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. JUSTIFICATIVA

Em âmbito mais geral, a contratação se justifica pela contribuição para a redução das desigualdades e iniquidades no campo da saúde, da ciência e tecnologia em saúde e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; já em âmbito específico, relacionado diretamente aos objetivos estratégicos da Fiocruz, se justifica pelo provimento direto e indireto das condições necessárias de infraestrutura para o desempenho de sua missão institucional.

Os Primatas Não Humanos (PNH) têm sido utilizados na pesquisa biomédica, por conta do alto grau de homologia genética com os seres humanos. Suas similaridades fisiológicas e bioquímicas os tornam excelentes modelos experimentais, principalmente em doenças infectocontagiosas, demonstrando sintomas *in vivo* mensuráveis, de forma que o sucesso ou a falha de vacinas e medicamentos possam ser clinicamente avaliados.

O Serviço de Criação de Primatas Não Humanos (SCPrim) do ICTB/Fiocruz possui primatas do Velho Mundo, e primatas do Novo Mundo. A reforma de edificação existente, transformando-o em uma Plataforma de Experimentação Animal para Primatas Não-Humanos com Nível de Biossegurança 2 e 3 vem suprir uma lacuna na área de experimentação animal da Instituição, aumentando o volume de ensaios pré-clínicos e consequentemente da produção institucional no âmbito da pesquisa, e de fabricação de medicamentos e vacinas.

Desse modo, espera-se adequar os espaços às atividades e processos de trabalho, atendendo as normas vigentes de segurança do trabalho e ergonomia, incêndio e pânico, e acessibilidade universal - além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme cada caso -- sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável.

Pode-se verificar que a cadeia de produção da construção civil vem se modificando ao longo dos anos, estimulada pelo crescimento econômico do país de um lado - analisado a partir de série histórica de longo prazo - e pela maior necessidade de transparecer e tornar pública as ações da Administração - respondendo às crescentes exigências dos órgãos de controle externo, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU).

Além disso, hoje é necessário garantir a participação de *stakeholders* (partes interessadas de natureza pública, privada e social) em qualquer empreendimento público. Deste modo, tratando-se especialmente dos investimentos públicos, busca-se melhorar a aplicação dos recursos e a gestão dos resultados dos empreendimentos.

As empresas responsáveis pelo desenvolvimento de projetos têm direcionado seus esforços no planejamento, gestão e controle de dados, informações e atividades; na inovação tecnológica; e na negociação com fornecedores visando o aumento da produtividade com redução de custo, sem prejuízo da qualidade das soluções técnicas - fatores chave para o sucesso do empreendimento, que se relacionam diretamente com os interesses da Administração.

Tais interesses convergentes fundamentam uma contratação que permita ampliar a capacidade de trabalho da Cogic, unidade responsável por prover as condições de infraestrutura para a Fiocruz, adotando-se metodologia e ferramentas de trabalho inovadoras que garantam elevada assertividade das soluções técnicas, com menores prazo e custo.

Além disso, é obrigatório que a Administração promova o licenciamento de seus projetos nos Órgãos Técnicos Públicos municipais, estaduais e federais, e concessionárias e permissionárias de serviços públicos - ações que demandam esforços sistematizados, continuados e de médio e longo prazo, mas sempre com a necessidade de pronta resposta por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento das peças técnicas.

Em função do compromisso social da Fiocruz e por força da legislação vigente, os projetos e obras da Administração devem respeitar exigências de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCD) e certificações energética e ambiental - estas últimas gerenciadas por instituições de natureza pública e privada, mas com características de subcontratações com relação direta com os projetos desenvolvidos.

Nesse contexto, conforme evidenciado no Termo de Referência e Projeto Básico que servem de base para esta contratação, cabe à Cogic a elaboração de premissas de contratação e projetos conceituais, acompanhamento das diretrizes institucionais e gerenciamento de contratações com a própria equipe.

Enquanto as empresas assumem a responsabilidade técnica pelo desenvolvimento dos projetos, a partir de corpo de profissionais em permanente processo de atualização em relação às soluções técnicas e materiais construtivos de natureza geral, e às inovadoras ferramentas de desenvolvimento, notadamente relacionadas ao BIM (*Building Information Modeling* ou Modelagem de Informação da Construção em tradução direta) - metodologia de trabalho que comprovadamente agrega qualidade ao projeto em função da redução de erros e falhas, menor tempo de desenvolvimento e diminuição do custo na etapa de execução da obra.

Dessa maneira, a partir do compartilhamento de esforços entre a Administração e as empresas pretende-se obter produtos com maior qualidade funcional, ergonômica, ambiental, técnico-construtiva e estética, e com menores prazo e custo.

2.2. ESCOPO E OBJETIVOS

O objetivo é a reforma com ampliação de edificação existente para instalação da Plataforma de Experimentação para Primatas Não Humanos (Nível de Biossegurança Animal 2 e 3 - NBA-2/3), no Pavilhão 796, localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ.

O escopo da contratação abrange o desenvolvimento de projetos nas fases de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto Executivo, incluindo orçamento, nas disciplinas de Arquitetura, Tratamento Acústico, Equipamentos Especiais, Estrutura, Linha de Vida e Ancoragem, Impermeabilização, Hidráulica, Esgoto, Drenagem, Elétrica, SPDA (para-raios), Luminotécnica, AVAC (ventilação refrigeração e exaustão), Telecomunicações, CFTV e controles, Gases (instalações especiais), PSCIP (incêndio e pânico), Automação (supervisão predial), Saneamento Ambiental, Urbanismo, Paisagismo, Desenho Industrial (Produto), Desenho Industrial (Sinalização).

O Contratado também deverá ser capaz de realizar – diretamente ou por subcontratação:

- levantamentos das condições construtivas (Arquitetura, Estrutura e Instalações) através de metodologia 2D ou 3D (nuvem de pontos);
- estudos técnicos preliminares – tais como Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Estudo de Impacto de Trânsito (EIT), Inventário Arbóreo, dentre outros;
- elaboração de diagnósticos funcionais, ergonômicos e ambientais;
- programa de necessidades, incluindo levantamentos de equipamentos e mobiliário;
- serviços preliminares de topografia;
- projeto de terraplanagem e contenções;
- maquetes físicas ou eletrônicas e animações;
- relatórios e peças técnicas para aprovação dos projetos nos Órgãos Técnicos Públicos (OTPs) municipais, estaduais e federais, e concessionárias e permissionárias de serviços públicos;
- licenciamento nos OTPs municipais, estaduais e federais, e concessionárias e permissionárias de serviços públicos – incluindo serviço de despachante;
- consultorias para aprimoramento ou detalhamento das soluções técnicas;
- descrição pormenorizada de encargos e especificações técnicas de serviços;
- planejamento de execução de obra (faseamento e logística);
- projeto de canteiro de obras conforme planejamento de execução de obra e local;
- orçamentos e cronogramas físico-financeiros (estimativos e definitivo);

Observação: os projetos deverão ser licenciados nos Órgãos Técnicos Públicos municipais, estaduais e federais, e concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Observação: a contratação poderá ser suspensa até a obtenção das aprovações, licenças e alvarás necessários para a conclusão da etapa de Projeto Básico.

3. ÁREA REQUISITANTE

Coordenação de Projetos e Obras (CPO)/ Cogic; Ana Paula Medeiros, matrícula Siape nº 1791789

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O Serviço de Criação de Primatas Não Humanos (SCPrim) do ICTB/Fiocruz necessita de um espaço para experimentação animal da Instituição, de modo a aumentar o volume de ensaios pré-clínicos e consequentemente da produção institucional no âmbito da pesquisa, e de fabricação de medicamentos e vacinas.

A reforma de edificação existente, transformando-o em uma Plataforma de Experimentação Animal para Primatas Não-Humanos com Nível de Biossegurança 2 e 3 vem de encontro à essa necessidade. Os espaços serão adequados às atividades e processos de trabalho, atendendo as normas vigentes de segurança do trabalho e ergonomia, incêndio e pânico, e acessibilidade universal -- além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, Legislação Urbanística e Ambiental, e normativas do Concea (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal), sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável.

A contratação pretendida não possui natureza de serviço continuado.

A contratação prevê a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas sem perda de informações, podendo ser exigido do Contratado, no que couber, capacitar os técnicos do Contratante ou qualquer representante designado.

4.1. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de execução deverá ser de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS); o prazo de vigência deverá ser de 34 (trinta e quatro) meses.

Observação: o prazo de vigência excede o prazo de execução em 9 (nove) meses porque comporta (i) apresentação da documentação prévia à execução (1 mês); (ii) recebimentos provisório e definitivo (4 meses); (iii) pagamento da última medição de serviço (1 mês) e (iv) extensão de prazo para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução (3 meses).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em nível preliminar foi realizada a coleta e análise de informações sobre preços, condições, relações de custo *versus* benefícios e práticas de mercado relacionadas ao objeto a ser contratado, com o objetivo de fornecer subsídios para tomada de decisão por parte da Administração em relação à contratação. Foram definidos os seguintes parâmetros de análise:

- valor estimado da contratação: definido a partir de pesquisa do valor praticado no mercado para o objeto da contratação;
- fonte para obtenção do valor estimado: preços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), de banco de dado público para obras e serviços de Engenharia OU pesquisa de mercado diretamente com fornecedores;
- análise de custo para diferentes alternativas de solução técnica: não aplicável;
- identificação de fornecedores ou prestadores de serviços: empresas que atuam no ramo de Arquitetura e Engenharia;
- expectativa de variação de preços no decorrer da contratação: não há variação significativa de preços prevista;
- avaliação da viabilidade econômica: foram considerados (i) a justificativa e os objetivos institucionais; (ii) os resultados pretendidos; (iii) o valor estimado praticado no mercado; (iv) a análise de diferentes soluções técnicas (no que cabível); (v) fornecedores ou prestadores de serviço capacitados a prestar o serviço; (vi) expectativa de variações de preço; e (vii) o planejamento orçamentário da Administração.

5.1. CONDIÇÕES GERAIS PARA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Embora o objeto da contratação tenha características singulares, uma vez que atende a especificidades rigorosas estabelecidas a partir da formulação de programa de necessidades e levantamentos técnicos, a maior parte dos serviços e materiais são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

Sempre que cabível tecnicamente, serão consideradas instalações, sistemas e equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrar inviável, serão utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), sendo substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

Por último, para serviços, materiais construtivos, sistemas ou equipamentos que não forem contemplados pelo Sinapi, será realizada pesquisa de mercado, adotando-se as diretrizes da IN Seges/ME nº 73, de 2020.

Cabe ressaltar que o orçamento estimativo a ser elaborado pela Administração será meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo da licitação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A edificação, destinada às atividades de pesquisa, totaliza 5.630m², subdivididos nas seguintes áreas: Administração (200m²); Área de Apoio (260m²); Área limpa (450m²); Experimentação NBA-3 (370m²); Experimentação NBA-2 (700m²); Área técnica + Anexos (2.900m²) + Central de Utilidades (750m²).

A construção existente foi projetada e construída para ser um biotério de experimentação de roedores, com nível de Biossegurança 2 e 3. Por conta de intercorrências durante a obra, o edifício nunca foi concluído na sua totalidade.

A análise da edificação demonstrou ser necessário a demolição das paredes internas, de modo a acomodar o novo programa de necessidades, que não mais contempla a experimentação com roedores, mas sim com primatas não-humanos, o qual exige salas maiores para abrigar os animais. Complementando o programa, se faz necessário a construção de abrigos de resíduos, gases especiais e caldeiras.

Por se tratar de *campus* com um conjunto de elementos já construído, o Contratado deverá respeitar (i) as construções existentes (notadamente aquelas que forem históricas e tuteladas); (ii) a infraestrutura e a urbanização (redes, vias, calçadas, mobiliário e sinalização); e (iii) os elementos arbóreos e o paisagismo.

Nesse sentido, alterações que não digam respeito ao objeto da contratação deverão ser encaradas como excepcionalidade, de modo a minimizar reformulações e/ou ajustes que onerem a execução.

6.1. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

O Contratado será responsável por conhecer as condições da execução do objeto, incluindo: conhecimento do local, terreno e vizinhança, suas características naturais, de infraestrutura e urbanização; e conhecimento dos procedimentos de aprovação de projetos e da legislação urbanística, ambiental e edilícia dos diferentes OTP arrolados.

O Contratado deverá participar de reuniões periódicas no Rio de Janeiro, na sede da Cogic, às quais deverão comparecer o Gerente Geral e o Coordenador Técnico; e os responsáveis técnicos.

Para cada mês encerrado de contrato o Contratado deverá entregar um Relatório Técnico Mensal (RTM) contendo a síntese de resultados do período.

O Contratado deverá apresentar documentação em quantidade e frequência pré-determinada, incluindo relatórios, laudos e demais documentos necessários para permitir a correta gestão da contratação. Após a análise pelo Contratante, o Contratado receberá um Relatório de Avaliação Técnica (RAT) indicando correções e alterações, a serem executadas.

O projeto será desenvolvido ao longo de 4 etapas, a saber: Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo; onde cada etapa apresenta um incremento nas informações e no detalhamento da

solução projetual com relação à etapa anterior, até alcançar um conjunto completo de documentação, que possa ser quantificado e orçado, para envio para licitação da obra.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Será elaborada oportunamente planilha orçamentária com a estimativa das quantidades a serem contratadas, que será baseada em projetos de diferentes disciplinas e memórias de cálculo, e levará em consideração a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação está estimada em R\$ 4.288.512,20 (quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e doze reais, e vinte centavos).

Serão apresentados oportunamente o Projeto e as planilhas orçamentárias com a composição e valores de itens detalhados.

Observação: o valor apresentado acima tem caráter estimativo com base em Estudo Preliminar; portanto, em função do desenvolvimento do Projeto – que irá proporcionar um detalhamento de especificações e melhor quantificação dos serviços previstos -- poderá haver divergência entre o valor ora apresentado e aquele que será definido, oportunamente, como referência para a licitação e constará na Nota Técnica da contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que (i) se trata de objeto de Engenharia cuja execução vincula diferentes serviços técnicos, materiais, instalações, sistemas e equipamentos indissociáveis para o resultado final pretendido; (ii) a responsabilização técnica é atrelada ao conjunto da execução, aceitando-se distinção somente para as diferentes disciplinas; (iii) a garantia da contratação é integral, não sendo subdivisível por suas partes, componentes ou etapas; (iv) não se identifica vantagem ou economicidade com o parcelamento da solução; (v) existe grave risco para a Administração de não ser atingido o objetivo pretendido por conta do eventual parcelamento da execução ou repartição de responsabilidades.

A divisão do objeto não é aplicável, no entanto, também não representa perda de economia de escala.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação proposta foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA).

Por este motivo, foi elencada no **Plano Anual de Contratações (PAC)** e na programação de serviços da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

A contratação está alinhada com o **Plano Diretor de Logística Sustentável**, no que é cabível para o objeto da contratação.

Além de considerar **outros instrumentos de planejamento da Administração** -- Decreto nº 10.947/2022, art. 7º da IN Seges/ME nº 81/ 2022 e Portaria Seges/ME nº 8.678/2021.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Em sentido amplo, a contratação pode contribuir para a geração de emprego e renda, o estímulo ao desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos na área de atuação da saúde pública e do complexo industrial da saúde, e o incentivo à articulação da cadeia de produção da construção civil.

De modo específico, com a contratação espera-se prover espaços de trabalho funcionais, ergonômicos, seguros e agradáveis, adequados às normas vigentes de Segurança do Trabalho, Segurança Contra Incêndio e Pânico (Corpo de Bombeiros) e Acessibilidade Universal; além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, e Concea -- conforme cada caso -- e demais legislações e normas vigentes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em função da natureza da contratação e das exigências estabelecidas, não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Será necessário realizar licenciamento ambiental no âmbito da contratação, conforme segue:

- obtenção de licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação);
- autorização para remoção vegetal;

14.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão assumidos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água, e geração de resíduos gerais e de construção civil – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) à soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de Engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação.

Tais critérios e práticas estão baseados na IN SLTI/MPOG nº 1/2010, no art. 45 da Lei nº 14.133/2021, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS, Portaria Seges/ME nº 8.678/2021) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (revisão setembro/2023), constituindo-se como condições que obrigatoriamente precisam ser observadas pelo Contratado, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.

A IN SLTI/MPOG nº 1/2010 estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional devem incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras. Desse modo, conforme o art. 4º da referida IN, definem-se as seguintes exigências:

“[...] as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).”

Considerando o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas sempre que cabível, pode-se transcrever os seguintes elementos:

“I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. [...]

Parágrafo único – O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”

Nos termos do art. 45, incisos I, II e III, da Lei nº 14.133/2021, ficam definidos os seguintes critérios:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;*
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;*
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; [...]"*

O item 4.3.2 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), estabelece como orientação a *"redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada"* através da diretriz (2A) de *"reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos"* e da estratégia (12) de *"incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis"*.

O PLS estabelece práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, pautadas em práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

Em relação ao desenvolvimento do projeto, (i) sem prejuízo dos critérios já elencados contidos na legislação supracitada, (ii) com base no art. 6º, parágrafo único, da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, e (iii) com vistas a minimizar qualquer impacto ambiental decorrente da execução dos serviços previstos, são definidos os seguintes critérios específicos:

- é obrigatório que as empresas contratadas e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e cumpram a legislação ambiental vigente;
- os materiais construtivos deverão ser especificados (i) de acordo com critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que ofereçam menor impacto ao meio ambiente; e (ii) conforme possibilidade de obtenção de locais próximos à obra, visando reduzir o impacto logístico;
- os materiais construtivos deverão ser padronizados e ter baixo desperdício e perdas em sua aplicação;
- os materiais construtivos e equipamentos deverão permitir desmontagem com facilidade e reaproveitamento, sempre que cabível;
- as especificações e serviços deverão ser pensados para gerar o menor volume de resíduos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável.

16. RESPONSÁVEIS

Equipe de planejamento da contratação, conforme Portaria de designação que consta no Processo.

17. ANEXOS

Não se aplica